

ANTÓNIO ALVES CAETANO, OS SOCORROS
PECUNIÁRIOS BRITÂNICOS DESTINADOS AO EXÉRCITO
PORTUGUÊS 1809-1814. LISBOA: LUSITÂNIA, 2013

Maria Leonor Machado de Sousa
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

Passados mais de duzentos anos da Guerra Peninsular, descobre-se de vez em quando que há aspectos ainda por esclarecer, mal explicados ou mesmo desconhecidos. É este o caso do mais recente trabalho de António Alves Caetano, que nas suas constantes pesquisas nos arquivos oficiais – neste caso sobretudo fundos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – encontrou um capítulo das relações anglo-portuguesas até agora ignorado e que vem alterar a visão da “pérfida Albion” que muitas vezes prevalece contra o modo como se tem processado a história política, diplomática e económica daquilo que tem sido essencialmente a intervenção britânica em fases críticas da vida portuguesa.

Mesmo para quem acentua aspectos negativos da acção desenvolvida durante as invasões francesas em Portugal, não é possível negar que elas foram a época em que essa intervenção foi mais positiva. Embora pressupondo que a queda do Império napoleónico era inevitável, não é possível negar que aos nossos aliados se deveu em Portugal a manutenção da independência, que até a Espanha perdeu temporariamente. Seguindo o rumo do que aí acontecera, Junot entrou com as suas tropas em Portugal com o objectivo de conquistar Lisboa e substituir o rei português. Conta a tradição que ele ainda conseguiu ver os navios portugueses que navegavam já para lá da barra do Tejo, em direcção ao Rio de Janeiro, onde D. João VI iria estabelecer a sua corte. Esta medida, que um dos mais esclarecidos

diplomatas portugueses da primeira metade do século XVIII, D. Luís da Cunha, advogara já¹, e não apenas para o caso de uma invasão estrangeira – que por certo não imaginava que viesse de França – fora conseguida sobretudo pela diplomacia anglo-portuguesa, em prol de uma causa que, de modo diferente, defendia os interesses de ambos os países. No caso de Portugal, mantinha-se a soberania em território nacional, contrariamente ao que acontecera em Espanha, onde o rei fora substituído por um irmão do Imperador francês e exilado. Quanto ao Reino Unido, tratava-se da anulação do Bloqueio Continental, ultrapassando o fecho dos portos portugueses, essenciais para as rotas comerciais britânicas, e, a partir de 1807, a abertura dos portos brasileiros, que um tratado de 1810 viria ratificar. A diplomacia inglesa, sobretudo por acção de Percy Smythe, 6.º Visconde Strangford, Encarregado de Negócios em Lisboa em 1806-07 e, após se recompor de uma doença que o fizera regressar a Inglaterra, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, cargo que voltou a exercer entre 1810 e 1815, conseguiu ultrapassar as indecisões de D. João VI e levar para o Brasil a Corte portuguesa, numa frota escoltada por quatro naus inglesas sob o comando do comandante Graham Moore. A contrapartida desta segurança naval era a abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês, altamente favorável aos nossos aliados mas muito lesiva ao comércio brasileiro com a Europa.

Praticamente em simultâneo com a partida da Corte para o Brasil, chegou à costa portuguesa a frota inglesa comandada por Sir Sidney Smith, que apoiou a acção desenvolvida por Sir Arthur Wellesley na zona de Lourinhã, mais precisamente nas batalhas da Roliça e do Vimeiro. Chamado a Londres na sequência dos ataques dirigidos à desastrosa Convenção de Sintra, Wellington saiu de Portugal, mas a situação não ficou resolvida, e, no incerto futuro que se adivinhava perante o que se passava em Espanha, os governadores do Reino nomeados pelo Rei quando da sua partida pediram instantemente à Grã-Bretanha que enviasse a Portugal um general nomeado para organizar o exército português. O Governo Britânico terá pensado, como é certo que os portugueses tinham essa ideia,

¹ Esta ideia fora já apresentada pelo P.º António Vieira, de modo a impedir a concretização política de uma conquista de Portugal pela Espanha na Guerra da Restauração. Mais tarde, a proposta de D. Luís da Cunha (1662-1749) ia mais longe: para ele, o rei português devia aproveitar a grandeza do território brasileiro para se proclamar “Imperador do Ocidente”.

em escolher Wellesley, que sugeriu antes o general seu amigo William Carr Beresford, que, não tendo nunca sido bem aceito em Portugal, desempenhou bem a missão que lhe cabia, já como marechal-general nomeado pela Coroa portuguesa, de acordo com o posto que competia ao Comandante supremo do exército.

Entretanto, as tropas francesas, comandadas por Soult, desencadearam uma segunda invasão, entrando em Portugal por Trás-os-Montes e tomando o Porto, que recusou render-se (28 de Março de 1809). De novo interveio o Reino Unido, desembarcando as suas tropas em Lisboa, no dia 21 de Abril, mais uma vez sob as ordens de *Sir* Arthur Wellesley, que em breve se assumiu como comandante do exército anglo-luso, conseguindo tomar o Porto no dia 12 de Maio. Decidido a expulsar definitivamente os franceses da Península Ibérica, Wellesley superintendeu a construção das Linhas de Torres, que marcaram a retirada do exército da terceira invasão comandada por Massena, em 15 de Outubro de 1810. A batalha final foi ganha em Vitória, em Espanha, o que lhe valeu o título de 1º Duque de Wellington. Não esquecendo o contexto histórico, António Alves Caetano esclarece bem a situação revelada pelas suas investigações.

Se é verdade que Beresford fizera um bom trabalho na organização do exército português, ia muito mais longe a tarefa em causa. Reconhecendo as dificuldades existentes, o Ministro Plenipotenciário britânico em Lisboa, John Villiers, 3º Conde de Clarendon, que substituiu Strangford, desde que chegara a Lisboa nos finais de 1808, insistia com o Conselho de Governadores a quem D. João VI entregara o país para que aceitasse “socorros pecuniários destinados ao pagamento de algumas tropas portuguesas”, segundo a documentação agora reunida. Como seria de esperar, esta proposta não era desinteressada. Desde que Napoleão decretara o Bloqueio Continental, em 22 de Novembro de 1806, que Portugal resistia à sua aplicação, mas ela seria automática se a França conquistasse Portugal, o que significaria o isolamento da Inglaterra, que deixaria de ter quaisquer portos de apoio à navegação na Europa, situação fatal para o seu comércio com o Oriente. Nunca como agora eram vitais as boas relações entre as duas nações aliadas.

Numa carta datada de 24 de Dezembro, diz Villiers que “está autorizado por Sua Majestade Britânica a tratar do ajuste do pagamento para dez mil homens do exército português, havendo-se já providenciado em Inglaterra o respectivo pagamento”. Uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros George Canning, que viria a ser Embaixador Extraordinário em Lisboa em 1814, na sequência dos acontecimentos agora

narrados, reafirmava a declaração do rei inglês em tomar as medidas necessárias “para a completa defesa de Portugal e para disponibilizar os meios [da Grã-Bretanha] na causa comum”.

A resistência inicial à “generosa” oferta britânica fora a exigência do princípio “que essas tropas serão sujeitas a servir não só em Espanha, mas ainda onde quer que o interesse patente da causa comum poderá exigir o seu serviço”. Todavia, prevaleceu a declaração portuguesa de que as tropas portuguesas tinham que permanecer no seu território, invadido pelas tropas napoleónicas. Explica o autor:

Porém, em 27 de Julho [1809], expulso o exército do marechal Soult em Maio anterior, parte das tropas portuguesa financiadas pela Grã-Bretanha já pode infiltrar-se em Espanha, integrada na força anglo-lusa de perseguição do exército imperial. (39)

Também em 1812 foi muito significativa a actuação do exército anglo-português em território espanhol. Perto do fim do ano, o Príncipe Regente, que um ano antes conferira a Beresford o título de Marquês de Campo Maior e a Wellesley, além dos anteriores Marquês do Vimeiro, Marquês de Torres Vedras e Grã-Cruz da Real Ordem da Torre e Espada, deu a este o título de Duque da Vitória. Foi precisamente o triunfo dois anos depois, na cidade espanhola de Vitória, que lhe valeu o título de 1º Duque de Wellington.

No dia 5 de Março de 1809, na iminência da segunda invasão, Villiers pede com urgência a informação “pormenorizada do pagamento de 10 000 homens, com a despesa da etapa fornecida, o pagamento dos oficiais, pagamento actual, incluindo o aumento necessário de que haja ideia”. Pouco depois, quando se preparava a campanha que expulsaria Soult do Norte de Portugal, o diplomata britânico informou que a sua Corte se dispunha a pagar e fardar mais cinco mil homens.

Os documentos recolhidos pelo autor deste trabalho são extremamente interessantes e publicados agora pela primeira vez. Dão conta do reconhecimento dos governadores, que mantinham o Rei informado, mas falam-nos também das dificuldades dos oficiais ingleses em conseguir organizar os serviços do exército de acordo com as normas a que estavam habituados.

O primeiro pagamento, no valor de 17 000 libras esterlinas, foi registado no dia 2 de Maio de 1809. A organização de todo este processo foi coordenada por Cipriano Ribeiro Freire, que fora nosso Encarregado de Negócios em Londres entre 1783 e 1785 e novamente de 1783 a 1792, e determinava que do cofre do Real Erário só podia sair daquele dinheiro o necessário para

pagar “prês, soldos, pão, etapa, cavalgadas de oficiais e de regimentos, bestas de bagagem, luzes, lenha, feitiços de fardamentos, condução e mais vencimentos que se pagam em dinheiro a cada soldado”, com especificação dos regimentos já escolhidos e “outros que de futuro hão-de crescer”.

O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas é extremamente minucioso no modo como todo este processo está registado. A princípio tudo correu bem, tendo inclusivamente o auxílio britânico sido alargado de 9 para 15 regimentos. Inclusivamente em 23 de Janeiro de 1809 Villiers comunicou aos governadores “as benignas intenções de SMB” de subsidiar mais 10 000 soldados, o que significava um total anual de 980 mil libras esterlinas. Uma das novas medidas foi o aumento dos soldos dos oficiais portugueses, proposta por Wellesley ao seu Ministro da Guerra, em Novembro de 1809, com o argumento de que isso aumentaria “o seu zelo”, um país onde tudo era mais caro que em Inglaterra. Todavia, logo a partir de Março de 1810 há queixas quanto a atrasos de pagamento por parte das autoridades britânicas, como está amplamente documentado na correspondência do arquivo. Vai-se também tornando cada vez mais difícil a conferência de contas, em parte pela irregularidade da chegada do dinheiro. Finalmente, devido por certo, pelo menos em parte, às enormes despesas que a continuada actuação militar em França representava para a Inglaterra, os governadores foram notificados de que os subsídios deixariam de ser pagos, embora nos dois anos seguintes houvesse ainda lugar a algumas somas em atraso.

Além do minucioso estudo que António Alves Caetano fez do Arquivo do Erário Régio, não é menos importante o panorama político europeu que conseguiu dos Fundos do Ministério do Reino e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, hoje na Torre do Tombo. Trata-se de um trabalho notável e muito informado da diplomacia anglo-portuguesa, com particular destaque para a acção de figuras como *Sir* Charles Stuart e George Canning.

Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.